

O legado de Paulo Freire: passado ou atualidade?

Osmar Fávero

Faculdade de Educação da
Universidade Federal Fluminense

Nos últimos anos tenho retomado sistematicamente a leitura de Paulo Freire, por exigência do Doutorado em Educação da UFF, no qual atuo como orientador de teses e responsável por uma disciplina. Nessa disciplina, estudamos o pensamento de alguns educadores brasileiros, em particular procurando identificar a contribuição desses educadores, através de suas obras e de suas ações, ao processo de construção da democracia no país.

Como não podia deixar de ser, Paulo Freire é um dos educadores escolhidos. Em princípio, por questões de método, procuramos privilegiar sua contribuição nos anos de 1960, a partir de seus dois primeiros e fundamentais livros: *Educação como prática da liberdade* (Paz e Terra, 1967) e *Pedagogia do oprimido* (Paz e Terra, 1970). Mas, para identificar as raízes da crítica que faz à educação escolar brasileira, algumas delas a partir de Anísio Teixeira, alguns doutorandos lêem e trazem para a discussão do grupo os primeiros escritos por ele publicados: *Educação e atualidade brasileira* (Recife, 1959) e “Escola primária para o Brasil” (RBEP, 1961). Por sua vez, para entender essa produção, recorreremos à *Pedagogia da esperança* (Paz e Terra, 1992) e *Cartas a Cristina* (Paz e Terra, 1994). Mais que isto: alguns doutorandos encarregam-se de retomar leituras por eles feitas ainda na graduação e de rever práticas educativas realizadas enquanto profissionais, à luz da *pedagogia de Paulo Freire*. Tanto de minha parte, na posição de educador/educando, quanto na posição dos educandos/educadores, (re)lendo e (re)descobrendo Paulo Freire, vivemos e experimentamos lições de sua pedagogia; cada um busca livremente seu caminho e compartilha com o grupo suas (re)descobertas. O próprio grupo liberta-se do enquadramento cronológico inicial, lendo (alguns relendo) e discutindo (ou rediscutindo) alguma de suas obras mais atuais, por exemplo *Pedagogia da autonomia* (Paz e Terra, 1996) e o último *Pedagogia da indignação* (Unesp, 2000).

Dessas leituras e releituras, salta aos olhos uma primeira constatação: a obra de Paulo Freire, no seu conjunto, não apresenta contradições. Desde os primeiros escritos, trabalha sobre temas recorrentes, explicitando, revendo, complementando, ampliando. É um caminho em espiral, coerente todo o tempo

É fácil identificar também a *libertação* como o princípio fundamental de sua concepção de educação, presente já nos primeiros escritos e claramente assumido desde a *Pedagogia do oprimido*. Esse princípio provém do humanismo cristão, de raízes européias, sobretudo francesas, reelaboradas no Brasil. Na segunda metade dos anos de 1950 e no início dos anos de 1960, cristãos “progressistas” procuram concretizar, inicialmente na Ação Católica, da qual Paulo Freire fez parte, depois nos movimentos de cultura e educação

popular, dos quais Paulo Freire foi um dos grandes animadores, sua opção por um trabalho social e político, decorrente de sua vivência religiosa.

Já está bastante estudado esse movimento de intelectuais universitários e secundaristas que se lançaram ao encontro de operários e camponeses e estudantes, numa tentativa de interlocução com os mesmos, tendo em vista introduzir mudanças radicais na sociedade brasileira, nos idos de 1960 designadas como “reformas de base”, no bojo do governo populista de Jango Goulart. Por maiores que sejam as críticas ao populismo e ao vanguardismo e mesmo à pretensa “ingenuidade” desses participantes e movimentos aos quais estavam ligados, não se pode negar, individualmente, a honestidade da opção de muitos e, coletivamente, a riqueza até hoje não repetida dos então chamados movimentos de cultura popular. O preço pago por essa opção, por Paulo Freire inclusive, foi muito alto: prisão, exílio, “cassação branca” dos que permaneceram no país. Os movimentos, por sua vez, com exceção do MEB, por ser ligado à Igreja católica, foram extintos.

Esse caminho não foi feito isoladamente por Paulo Freire. Foi o caminho de toda uma geração, jovem em sua maioria, que Paulo Freire pode entender e orientar e da qual soube colher o que de mais rico tinha a oferecer: a opção pela construção de um projeto de transformação da realidade, no qual a educação, entendida e praticada como ato político, era reservado papel fundamental.

É importante entender Paulo Freire como o educador, que naqueles anos, melhor sintetizou e sistematizou o essencial das propostas educativas de então, no primeiro momento, como um sistema de educação de adultos, experimentado na sua primeira fase de alfabetização, da qual *Educação como prática da liberdade* é o fundamento e o relato. Logo mais, essa proposta é aprofundada teoricamente na experiência de alfabetização de adultos do Chile, em condições de trabalho que lhe permitiram o diálogo enriquecedor com parceiros destacados, brasileiros exilados e chilenos comprometidos com reformas radicais em seu país, no Governo Allende. Essa oportunidade e esses contatos permitiram a Paulo Freire um mergulho na literatura marxista, cujo produto é a *Pedagogia do oprimido*. Mas não só; *Extensão ou comunicação?* (ICIRA, 1969 e Paz e Terra, 1970) ampliam enormemente a abordagem da educação como um fato cultural e sobretudo os escritos reunidos em *Ação cultural para a liberdade* (Paz e Terra, 1976) explicitam conceitos fundamentais, clareiam afirmações, reafirmam categorias de análise.¹

A (re)leitura dessas obras nos mostra como Paulo Freire vai ampliando a primeira noção, ainda abstrata, de pessoa humana para ao conceito de oprimido, situando-o e datando-o, como exigência das próprias experiências feitas, e progressivamente incorporando a categoria de classe social. Mais tarde, inclusive por aceitação de críticas a ele feitas, incorpora também as noções de etnia e gênero, ampliando cada vez mais a abrangência dos mesmos conceitos.

¹ Uma doutoranda que trabalhou diretamente com Paulo Freire nos disse, durante uma discussão motivada por *Ação cultural para a liberdade*, que Paulo Freire teria afirmado, em certa oportunidade, considerar esse pequeno livro como um dos seus melhores, lastimando ser pouco valorizado.

O motor da explicitação dos fundamentos da obra de Paulo Freire é a prática por ele desenvolvida e por ele refletida (ou reflexionada, como prefere dizer). Trata-se da categoria *práxis*, ou seja o movimento ação/reflexão/ação. É significativo que, desde as primeiras experiências como educador, ainda no SESI de Pernambuco, Paulo Freire pense a educação de jovens e adultos a partir dos problemas vividos por esses jovens e adultos e oriente sua prática no sentido de assumir esses problemas como “situações de aprendizagem”. Ou seja: compreender e fazer compreender as raízes desses problemas, na exploração de uma sociedade injusta e de um sistema econômico-social excludente. Daí a valorização do “saber de experiência feito” para, refletindo sobre ele, criticando-o, ampliando-o, entender a realidade para transformá-la.

Encontramos presente em toda sua obra também a categoria *esperança*: o homem faz a história; o homem pode mudar o mundo. É limitado, contingenciado pelas condições concretas da realidade, mas não é determinado por elas. Pode, e deve, mudar o mundo, com sua inteligência e com sua ação. Por sua vez, a educação é, ou deve ser, instrumento dessa ação, na medida em que possibilita ao homem tomar consciência da realidade em que vive e, em consequência, agir para transformar essa realidade, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e fraterna.

Decorre daqui a categoria *conscientização*, utilizada por Paulo Freire e pelos participantes da maioria dos movimentos de cultura e educação popular do início dos anos de 1960. Mas a educação para Paulo Freire não se restringe ao ensino escolar, nem muito menos ao treinamento profissional. Trata-se da formação do homem, considerado como ser inacabado, em permanente processo de auto-formação.

Entender o homem como ser inacabado e a educação como processo permanente de “acabamento” decorre de ampla discussão, em âmbito mundial, provocada pelas limitações dos sistemas escolares e que deu origem aos estudos de educação permanente e às propostas de educação continuada.² Embora teoricamente promissores, esses estudos foram e têm sido mal-entendidos e mal-aplicados, ou simplesmente reduzidos pragmaticamente à reconversão profissional. No caso brasileiro, seu uso foi restringido no que diz às propostas de ensino supletivo, nos anos de 1970, e, atualmente, na formação continuada dos profissionais da educação. Mas é pedra fundamental na *pedagogia de Paulo Freire*. Na medida em que se queira, por exemplo ainda, criar uma nova organização curricular para jovens e adultos, no ensino regular noturno ou no ensino supletivo, efetivamente tem-se de tomar como ponto de partida a experiência vivida (e sofrida) por esses jovens e adultos. Esse movimento significa trabalhar, em outro nível e com auxílio de outros instrumentos, o saber provindo dessa experiência, vivido e aprendido. E exige também que os educadores se re-eduquem, nesse trabalho e para este trabalho, ainda e sempre na práxis, como ação/reflexão/ação.

² Entre nós, essas noções foram trabalhadas particularmente por Pierre Furter, na ocasião perito da Unesco no Brasil e depois na Venezuela, através principalmente de seus livros *Educação e vida* (Vozes, 1966) e *Educação permanente e desenvolvimento cultural* (Vozes, 1974)

Nesse processo, é fundamental partir da *cultura*, entendida como conjunto de significações e representações de um modo de viver, confrontado com outros modos de viver. Nos anos de 1960, a “descoberta” da cultura e cultura popular, esta para muito além do folclore, como fundantes de todo o processo educativo foi seguramente um dos pontos mais ricos das experiências criadas. Suas origens são diversas: Germano Coelho, no MCP – Movimento de Cultura Popular, e Vera Jaccoud, no MEB – Movimento de Educação de Base, redefiniram criativamente, para o Brasil, perspectivas e propostas nascidas na Europa, sobretudo na França; Moacyr de Góes, na Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, assume o mote que nos chegou, acredito, pela Revolução Cubana: “Nenhum povo é dono de seu destino se antes não é dono de sua cultura”; Carlos Estevam e Ferreira Gullar também assumiram para o CPC – Centro Popular de Cultura da UNE – União Nacional de Estudantes conceitos específicos de cultura e de cultura popular, com outras conotações. A colaboração mais acabada veio do entendimento do século XX como o momento da “civilização da cultura”, proposto por Pe. Henrique de Lima Vaz, S.J. e assumido, em termos de cultura popular, pela Ação Popular e pelo MEB. Mas, coube a Paulo Freire e sua equipe no Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife, genialmente, com base no conceito antropológico de cultura, criar as famosas “fichas de cultura” que inauguraram o sistema de alfabetização de adultos, no caso brasileiro, e o sistema psicossocial, no caso chileno. Foi a partir dessa sistematização que Paulo Freire elaborou, ainda nos início dos mesmos anos 1960, uma nova concepção de educação de adultos, com ampla aceitação pela maioria dos movimentos de educação e cultura popular, e lançou as bases para uma nova concepção geral de educação.

Outra categoria fundamental na *pedagogia de Paulo Freire*, desde a experiência dos “círculos de cultura” adotados no sistema de alfabetização de adultos, mas presente em toda ação cultural e educativa é o *diálogo*: ninguém educa ninguém; os homens (e as mulheres, dirá Paulo Freire depois) se educam numa relação dialógica, de saberes e afetos. O diálogo viabiliza metodologicamente o movimento da práxis: partir do vivido e do sabido (se quisermos, partir do senso comum), discuti-lo, criticá-lo, ampliá-lo (na direção do bom senso), para daí não só mudar sua visão de mundo, mas transformar o mundo. Vale lembrar uma frase várias vezes repetida por Paulo Freire, para a alfabetização: não apenas ler a palavra, mas ler o mundo através da palavra, para transformá-lo.

A partir daquele princípio fundamental e desses categorias, recoloca-se a função política da educação e o papel simultâneo de competência técnica e compromisso político do educador, cuja ação deve ser fundamentalmente *ética*, no respeito ao educando, que é também educador, e na coerência de sua ação. Esses elementos definem uma nova pedagogia, a *pedagogia de Paulo Freire*. Embora formulada inicialmente como educação de adultos e experimentada como alfabetização de adultos, de fato encontra-se em Paulo Freire uma *pedagogia como concepção geral de educação*.³

³ Argumentação desenvolvida por Agostinho Reis Monteiro, da Universidade de Lisboa, na comunicação “Paulo Freire e o direito à educação”, apresentada no I Encontro Internacional sobre Paulo Freire (São Paulo, Instituto Paulo Freire, abril de 1998), à qual pertence a transcrição que segue.

O fundamento antropológico de sua pedagogia é o ser humano como ser inacabado e de comunicação, e a sua vocação para ser mais. Por isso, o amor e a esperança são uma necessidade ontológica. Mas a história é uma possibilidade que se realiza num cenário de politicidade, onde é impossível a neutralidade. Por consequência, a educação é fundamentalmente uma questão e uma forma de poder, cuja legitimidade deve ser problematizada. Daí a centralidade da eticidade da educação. (p.8)

Em síntese, a pedagogia de Paulo Freire é revolucionária; é um resgate do sentido da utopia. E é exatamente sua dimensão ética que lhe confere intensa atualidade e distinguida importância. Em termos radicais, é uma *pedagogia do direito à educação*.⁴ Por isso a permanência de sua obra e de seu pensamento; por isso, a atualidade de sua pedagogia.

⁴ Conforme Agostinho Reis Monteiro, citado, p. 10.